

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

ATA DE REUNIÃO: Dia 14 de Janeiro de 2025

Participantes Conselheiros:

Alexandre de Souza e Castro Araujo (FACES e Vozes da Recuperação no Brasil)
Maria das Candeias Vieira Pinto (SMDDET)
Michel Willian de Castro Marques (Plataforma Brasileira de Política de Drogas- PBPD)
Felipe Aburaya Yamaki (Programa de Orientação e Atendimento de Dependentes – PROAD)
Wagner Hideki Lourenço e Laguna (SMS)
Márcia H Matsushita (SME)
Sílvia de O. S. Cazenave (CRF)
Aldemyro Rolim (ABRAMD)
Maykelen Goulart Lino (Comissão Extraordinária Permanente da Criança)
Cristiano Ávila Maronna (OAB)
Danilo Polverini Locatelli (NEPIS-UNIFESP)

Demais Participantes:

Julia Sprecher (FACES e Vozes da Recuperação no Brasil)
Ana Beatriz Annunziato Januzi (SMDHC)
Bruna Imani (Iniciativa Negra)
Guilherme Honorato (CAPS IJ II Santana)
Marília Carvalho Bonuti (CAPS IJ II Santana)
Ialário José da Silva (SMSU)
Daniela Silva Santiago (SMDHC- POP RUA)
Karen Fernanda dos Santos Barbosa (SMDHC-CPPSR)
Carolina Salado (CREFITO- 3)
Kaua Sabino Condense (SMDHC- DPS)
Elvis W. Santos (SMDCH- Comunicação)
Amanda F. Rodrigues (SME)
Fernando Zorzetto Antonialli (SMDCH-Comunicação)
Jorge Artur (CMESCA)
Mario Cesar Agaras P. Garcia (CAPS AD III Santana)
Aldemir Ferreira de Lima (CAPS AD III Santana)
Erick Pavão Santana (CAPS AD III Santana)
Barbara Mariano Vicente (SMDHC- DPS)
Kaliele Nunes (SMDHC-CPD)

ATA DA REUNIÃO P.1

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Alcool do Município de São Paulo - COMUDA

Às 14:00 do dia 14 de janeiro do ano de 2025, no auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos Cidadania, Rua Líbero Badaró, 119 - Sé, São Paulo - SP, com quórum de 30 pessoas, alcançando o quórum mínimo de um terço da totalidade dos conselheiros, estabelecidas no Artº 3 do Regimento Interno. A reunião inicia com a validação de reorganização das pautas com a validação de apresentação da nova Secretária da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, Regina Santana e apresentação das ações do programa Redenção pelo Secretário Edson Ortega, da Secretaria Especial de Projetos Estratégicos.

A Secretária Regina informou que está em processo de adaptação à secretaria, conhecendo as áreas, equipes e processos. Reafirmou a importância da temática tratada no COMUDA para a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e agradeceu o empenho do conselho. Destacou sua experiência como advogada no Sindicato dos Comerciantes e na União Geral dos Trabalhadores (UGT), além de sua atuação junto à OAB, que tem assento no conselho. Ressaltou que o atendimento às pessoas em situação de "drogadição" exige dedicação e um olhar atento para ajudá-las a seguir em frente, além do suporte necessário às famílias e pessoas próximas, que também enfrentam desafios. Por fim, reafirmou o compromisso da secretaria com a pauta e colocou-se à disposição.

O Secretário Edson Ortega iniciou sua fala explicando que a SEPE tem como uma de suas atribuições articular as diversas secretarias municipais e coordenar ações conjuntas com os governos estadual e federal nas políticas municipais relacionadas à temática. Informou que diversas secretarias estão envolvidas no Programa Redenção, que conta com comitês e múltiplas frentes de trabalho. O objetivo da apresentação foi compartilhar uma síntese dos resultados alcançados, reconhecendo que o tempo disponível não permitia um detalhamento completo, mas reforçando a abertura para reuniões futuras para aprofundamento de pontos específicos. Em seguida, passou a palavra a Tiago, coordenador do programa e responsável pelas equipes técnicas, informando que faria destaques pontuais ao longo da apresentação.

Tiago iniciou sua apresentação mencionando que, apesar da amplitude do conteúdo, traria um resumo dos principais avanços e desafios enfrentados nas ações estratégicas do programa. Explicou que o foco do trabalho tem sido a principal cena aberta de uso, onde o programa concentra suas iniciativas em parceria com diversas secretarias municipais e estaduais. Apresentou a estrutura do programa, que se organiza em sete eixos estratégicos: saúde, proteção social e trabalho, segurança pública, intervenções na cena de uso, gestão e requalificação urbana, prevenção e qualificação das equipes que atuam com essa população.

O balanço apresentado indicou uma redução na concentração de pessoas na cena aberta de uso da Rua dos Protestantes, dividindo as ações estratégicas em duas dimensões:

ATA DA REUNIÃO P.2

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

1. Encaminhamento e atendimento das pessoas já inseridas no contexto de uso;
2. Medidas para evitar o aumento do fluxo de novos indivíduos para a cena.

Os dados de monitoramento do programa, realizados em conjunto com todas as secretarias, estimam que cerca de 700 mil pessoas estejam em situação de dependência química na região. Nos CAPS AD da cidade, há uma média mensal de 13 mil atendimentos, distribuídos entre as 35 unidades existentes.

Foram apresentados os encaminhamentos para a rede de saúde, detalhando que a estimativa foi feita pelo Sistema de Monitoramento da Secretaria de Segurança Urbana, que utiliza imagens de drones para mapear a concentração de pessoas na cena de uso. Os dados históricos, de outubro de 2023 a dezembro de 2024, apontaram uma redução de 73% no número de pessoas nesses locais nos horários registrados. Além disso, uma análise realizada em operações conjuntas da Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Civil no período noturno identificou uma redução de 46% na concentração de pessoas, considerando a dinâmica diferente desse horário.

As ações integradas têm como objetivo reduzir a presença de pessoas na cena de uso por meio do fortalecimento do atendimento e da ampliação das ofertas disponíveis. O programa tem se concentrado na abordagem das equipes do SEAS, além de promover a integração entre as redes estadual e municipal para garantir a continuidade do cuidado após a desintoxicação hospitalar, evitando que os usuários retornem à cena de uso ou à situação de rua por falta de alternativas de acolhimento.

As equipes vêm discutindo os encaminhamentos dos atendimentos, alinhando as ações com a organização dos Planos Terapêuticos Singulares (PTS). Um dos pontos centrais do debate é a situação das mulheres na cena de uso, considerando suas vulnerabilidades específicas. Já foram iniciadas ações conjuntas com secretarias e programas especializados, como as equipes de violência da Secretaria da Saúde e o programa ST Mulher da Segurança Pública, além de diálogos com o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Outro avanço importante foi a integração dos sistemas das diferentes secretarias, permitindo o acompanhamento mais eficaz da jornada dos atendidos e evitando atendimentos fragmentados. No entanto, ainda há desafios na padronização dos sistemas. Para fortalecer o fluxo de retorno dos pacientes que passaram por desintoxicação hospitalar, há um maior envolvimento da assistência social, garantindo suporte adequado, especialmente para aqueles que vivem em situação de rua.

Além disso, a rede de atendimento está sendo ampliada e qualificada, com a reclassificação de CAPS de nível 2 para 3 nas zonas Leste e Norte, onde há maior demanda. O acesso ao Programa Operação Trabalho (POT) também está sendo expandido, especialmente na modalidade de retenção, bem como ao auxílio-reencontro, que inclui suporte habitacional. O auxílio-moradia

ATA DA REUNIÃO P.3

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

disponibiliza imóveis alugados pela prefeitura, onde os beneficiados podem permanecer por até dois anos, com acompanhamento técnico contínuo.

Outro avanço foi o lançamento do Guia de Ofertas e Diretrizes, que reúne todas as políticas e serviços disponíveis para essa população em nível municipal e estadual. O documento está disponível em versões física e digital, sendo utilizado nas capacitações da Escola Virtual.

No eixo de qualificação profissional, segue-se o trabalho de capacitação de agentes de saúde e assistência social, aprimorando estratégias de abordagem e articulação intersetorial para melhorar a qualidade do atendimento.

Dados sobre as ações na região central

- Aumento do efetivo de segurança: A Guarda Civil Metropolitana passou de 1.600 para 2.100 agentes, enquanto a Polícia Militar aumentou de 1.200 para 2.400 agentes na região central.
- Monitoramento: Atualização do Smart Sampa, que agora conta com mais de 18 mil câmeras instaladas.
- Segurança e fiscalização: Fechamento de estabelecimentos ligados a atividades criminosas, intensificação das operações e aumento na apreensão de substâncias ilícitas.
- Infraestrutura: Instalação de gradis para facilitar o acesso de agentes e ambulâncias, reforço da iluminação pública e implantação de uma tenda de atendimento em saúde no espaço do Teatro de Contêiner, garantindo maior privacidade e qualidade no atendimento.
- Limpeza urbana: Dobro da frequência da limpeza, reduzindo a coleta de resíduos diários de 3 para 1,5 tonelada.
- Diálogo com a comunidade: Reuniões frequentes com moradores e comerciantes da região.

Desafios e Próximos Passos

- Efetividade na ponta: Garantir que as diretrizes discutidas nas instâncias de gestão cheguem de forma eficiente às equipes que atuam diretamente na cena.
- Continuidade do cuidado: Melhorar o fluxo de retorno de pacientes da rede estadual para acompanhamento na rede municipal, priorizando a articulação entre saúde e assistência social.
- Foco nos casos mais vulneráveis: Aprimorar a coordenação entre políticas públicas, incluindo aquelas que tradicionalmente não atendem esse público.

ATA DA REUNIÃO P.4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

- Adesão ao tratamento: Fortalecer estratégias que incentivem os usuários a darem continuidade ao acompanhamento ofertado.
- Ampliação da rede: Expandir CAPS, Consultórios na Rua e outras unidades de atendimento, além de aumentar vagas no POT, com ênfase na modalidade de retenção.
- Segurança pública: Reforçar ações de combate ao crime na região.
- Prevenção do fluxo de novos usuários: Implementar medidas que reduzam a chegada de novas pessoas à cena de uso.

Está sendo realizado um mapeamento detalhado dos frequentadores da cena de uso, identificando sua origem e movimentação dentro da cidade e entre municípios. Paralelamente, há um esforço para qualificar as alternativas de moradia, garantindo suporte adequado para aqueles que já estão inseridos na rede de cuidado. Além disso, estão sendo desenvolvidas estratégias para evitar a dispersão dos frequentadores para outras regiões, garantindo acompanhamento contínuo.

Foi firmado um acordo entre a SMADS e a SAP, em fase final de assinatura, para garantir acolhimento às pessoas que deixam unidades prisionais, evitando que fiquem desassistidas. Para aqueles que desejam retornar aos seus municípios de origem, será oferecido o benefício de passagem da SMADS.

Está sendo planejada uma estratégia específica para pré-egressos, permitindo vinculação antecipada à rede de cuidado antes da saída do sistema prisional, prevenindo que ingressem na situação de rua.

O Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC), modelo desenhado pelo CNJ, será implantado no Fórum da Barra Funda para oferecer suporte social e de saúde a pessoas em situação de rua que passam por audiências de custódia. O objetivo é garantir que essas pessoas não saiam do local sem encaminhamento adequado.

Também está sendo desenvolvido um aplicativo para cumprimento remoto de medidas cautelares, dispensando o deslocamento obrigatório ao fórum, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Revitalização Urbana e Prevenção

- Requalificação de áreas degradadas, com instalação de ruas temáticas e fortalecimento do comércio local.
- Construção de novas unidades habitacionais no entorno da cena de uso.
- Expansão do Programa Saúde na Escola, garantindo atenção integral à saúde de crianças e adolescentes.

ATA DA REUNIÃO P.5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Alcool do Município de São Paulo - COMUDA

O Secretário Ortega destacou que a presença de mulheres na cena de uso tem aumentado significativamente, exigindo ações específicas para reduzir a exposição à exploração e violência, especialmente no período noturno.

O diagnóstico apontou que 72% das pessoas na cena de uso têm histórico no sistema penitenciário ou judicial, o que reforça a necessidade de políticas preventivas. Foi criado um trabalho de pré-egressos para garantir suporte antes da saída do sistema penitenciário, com uma base social e de saúde no Fórum Criminal. Outro ponto crítico abordado foi a exigência de comparecimento trimestral de 35 mil pessoas ao Judiciário, dificultando o cotidiano, especialmente para mulheres de regiões distantes. O CNJ já modernizou esse processo em DF, SC e RJ, e São Paulo está negociando essa implementação. A gestão reforçou a necessidade de avanço no suporte às mulheres, articulando esforços entre governo e sociedade civil para reduzir sua vulnerabilidade e garantir acesso ampliado aos serviços de proteção e assistência.

Thiago retomou a apresentação abordando a rede de tratamento e acolhimento, destacando a estrutura estadual voltada para abordagem, acolhimento e tratamento, distribuída entre a capital e a Grande São Paulo. Os hospitais municipais mantêm leitos de saúde mental para diversas condições, incluindo o uso de substâncias. Foram apresentados dados do Programa Redenção e da rede de assistência, contemplando abordagens, encaminhamentos e atendimentos hospitalares. Os SIAT 2 e 3 seguem como principais portas de saída qualificada, oferecendo suporte para autonomia, moradia e reconstrução de vínculos familiares. Em 2024, foram realizados 1.600 encaminhamentos via POT Redenção da rede de saúde, totalizando mais de 5 mil desde 2018.

A presidente do conselho agradeceu pela apresentação do Programa Redenção, assim como a fala do secretário Ortega. Reforçou que este encontro não é um evento isolado, mas parte de um diálogo contínuo entre o COMUDA e a SEPE e o Programa Redenção. Foi ressaltada a importância de manter essa interlocução com a sociedade civil e com o COMUDA, fortalecendo a construção coletiva das políticas públicas.

Por fim, a reunião foi aberta para questionamentos e discussões.

Conselheiro Cristiano Maronna: agradeceu a presença dos secretários e apresentou os seguintes questionamentos:

1. Sobre o aplicativo: O conselheiro destacou que a proposta de facilitar o registro de pessoas em medidas cautelares sem a necessidade de deslocamento é positiva. No entanto, questionou como será garantido o acesso e uso do aplicativo por parte da população atendida que não possui celular.
2. Sobre as propostas da Oitava COMAD: Maronna solicitou um esclarecimento sobre quais recomendações da Oitava COMAD foram consideradas na formulação das políticas

ATA DA REUNIÃO P.6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

públicas, especialmente na identificação das demandas e necessidades reais do público-alvo.

3. Implantação do CECO LUZ: Lembrou que na última gestão do Conselho e na COMAD, foi aprovada uma recomendação para a criação do CECO LUZ, uma proposta que foi referendada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, mas que até o momento não foi implementada. Perguntou quando a implantação do CECO LUZ ocorrerá de fato.
4. Interlocução de Saúde Mental no Programa Redenção: Questionou sobre mudanças na equipe, perguntando quem é o atual interlocutor de saúde mental da AFNE e qual organização de saúde está operando a política do Redenção.

Ao final, agradeceu novamente a presença dos secretários, destacando que esse diálogo fortalece e qualifica o debate sobre a política de álcool e outras drogas em São Paulo.

Conselheiro Marcos Muniz deu boas-vindas e desejou boa sorte à nova secretária, além de saudar o secretário Ortega, destacando sua abertura ao diálogo e respeito.

Em seguida, apresentou os seguintes questionamentos:

1. Relatório Final da 8ª Conferência: O conselheiro questionou por que o relatório final da 8ª Conferência não foi contemplado no plano de gestão do COMUDA. O documento contém propostas fundamentais, incluindo as 25 sugestões da pré-conferência do centro, elaboradas por usuários, trabalhadores e a comunidade local. Perguntou como a Prefeitura pretende adotar essas recomendações.
2. Trabalhadores do Redenção na Rua: Em maio do ano passado, surgiram denúncias de assédio no ambiente de trabalho, levando o conselho a formar uma comissão para investigar. Perguntou quais mudanças foram implementadas desde então para melhorar as condições desses trabalhadores. Além disso, pediu esclarecimentos sobre a nova coordenação e a informação de que o SCP externo estaria operando no CAPS 4. Também questionou se a proposta de uma sede específica para o Redenção na Rua já foi publicada.
3. Capacitações para equipes de saúde e assistência social: Solicitou detalhamento sobre as capacitações oferecidas aos trabalhadores dessas áreas, considerando que essa ação está prevista nas diretrizes do Programa Redenção.
4. Índice de reinternação: Durante a apresentação, foram mencionadas 100 pessoas na cena de uso durante o dia, 600 à noite e 3 mil internações. O conselheiro perguntou se há um levantamento sobre o índice de reinternação dessas pessoas, considerando que essa informação é essencial para avaliar a efetividade das estratégias adotadas.

ATA DA REUNIÃO P.7

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

5. Futuro do Programa Redenção: Perguntou quais serão os próximos passos do programa, especialmente com a chegada do novo vice-prefeito, e qual será o papel dele dentro do Programa Redenção.

Ao final, agradeceu a participação dos secretários e reforçou a importância de discutir os avanços e desafios para o futuro do programa.

Conselheiro Aldemyro Rolim relata que algumas questões já foram abordadas, mas trouxe três pontos centrais para reflexão:

1. Conceito de redução de pessoas no fluxo: O conselheiro destacou que, em vez de focar na redução do fluxo, a política pública deveria priorizar o cuidado. Questionou o significado dessa redução e se as pessoas estão sendo apenas deslocadas sem suporte adequado, levando à dispersão da cena de uso para outros bairros. Moradores da Santa Cecília, Barra Funda e Paulista, assim como profissionais da Zona Sul, relataram um aumento de novas cenas de uso, com a maioria das pessoas sendo migrantes da região central. Perguntou se a redução do fluxo ocorreu porque os usuários estão aceitando cuidado ou apenas migrando para outros territórios e como a gestão interpreta esse fenômeno.
2. Dados quantitativos: Questionou onde os dados mencionados na apresentação podem ser acessados. Destacou a necessidade de informações detalhadas para pesquisadores, incluindo dados sobre retorno ao espaço de uso e análise de substâncias. Perguntou se esses dados são disponibilizados publicamente e, caso afirmativo, como podem ser acessados.
3. Disponibilização da pesquisa: Indagou se a pesquisa apresentada será disponibilizada aos conselheiros. Informou que já teve contato com essa pesquisa em dezembro passado, em um evento na Rebouças, onde ela foi apresentada de forma mais detalhada. No entanto, reforçou que o acesso ao material completo seria essencial para permitir uma análise crítica mais aprofundada.

Reflexões sobre a Política Pública de Drogas em São Paulo

- Foco excessivo na Cracolândia: O conselheiro destacou que a política pública de álcool e outras drogas concentra seus esforços na Cracolândia, enquanto os bairros periféricos são frequentemente esquecidos. Lembrou que existe um fluxo contínuo de usuários entre os bairros e o centro, e que o investimento nas políticas públicas não pode se restringir apenas à região central. Perguntou como a gestão pretende garantir que a política de drogas contemple todo o município, fortalecendo redes de cuidado nos territórios periféricos.

ATA DA REUNIÃO P.8

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

- Qualificação do conceito de cena de uso: Questionou a definição de cena de uso no contexto paulistano, observando que ruas de diferentes bairros, como o Brooklin e o Itaim Bibi, também se enquadram como cenas de uso. Perguntou como a gestão conceitua esses espaços e quais critérios são utilizados para definir essa classificação.
- Impacto da priorização do centro e aumento da violência na Zona Norte: Destacou que a violência na Zona Norte, recentemente repercutida na mídia, pode estar relacionada ao enfoque excessivo na região central, levando ao abandono da rede de serviços nos bairros mais afastados. Perguntou como a gestão pretende enfrentar esse desafio e garantir um atendimento equilibrado em toda a cidade.

Ao final, reforçou a necessidade de um olhar mais amplo para a política de drogas, garantindo que os bairros periféricos também sejam contemplados com serviços e estratégias eficazes.

Participante Jorge Arthur: parabeniza a presença dos secretários e do Coordenador do Programa Redenção, reconhecendo a importância da apresentação.

Destacou que, em um documento tão extenso, a clareza conceitual é fundamental. A unificação dos conceitos evita ambiguidades e assegura uma compreensão precisa das ações em curso.

Questionamentos e Reflexões

1. Definição da Assistência Social: Perguntou se, quando o documento menciona assistência social, refere-se à assistência da Secretaria de Habitação ou à assistência da SMADS. Destacou que a efetivação da assistência nos CRAS e CREAS precisa ser esclarecida, considerando que nenhum dos CREAS da capital está com o quadro completo de profissionais.
2. Termos como "pré" e "pós-egresso": Questionou a definição precisa desses conceitos. O que caracteriza um pós-egresso? Quem pode ser considerado um pré-egresso? Como é possível ter certeza sobre essa categorização? Ressaltou que o conceito de "pré-presos" também levanta reflexões sobre a imprevisibilidade dessas situações.
3. Paralisação de Comissões Municipais: Alertou sobre a paralisação preocupante da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e da Comissão de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. Destacou que esses são temas extremamente sensíveis e urgentes, que demandam atenção e ação imediata do município.

Ao final, reforçou a necessidade de esclarecimento conceitual e da retomada dessas comissões, garantindo que as políticas públicas sejam executadas com efetividade e transparência.

Conselheiro Alexandre agradeceu a presença dos secretários e trouxe reflexões sobre barreiras sociais na recuperação e o sucateamento do tratamento da dependência química.

ATA DA REUNIÃO P.9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Questionamentos e Reflexões

Fala sobre estigma e dificuldades na reinserção social: O conselheiro destacou que a sociedade impõe barreiras à recuperação, oferecendo drogas de fácil acesso e baixo custo, mas ao mesmo tempo estigmatizando e segregando quem faz uso. Observou que não há um trabalho focado na mudança da percepção social sobre usuários de drogas e pessoas em recuperação. Exemplo disso é a inserção no trabalho. O problema não é apenas conseguir um emprego, mas manter-se nele. Muitas pessoas enfrentam comorbidades e dificuldades de adaptação social, tornando desafiadora a permanência no ambiente profissional. Citou que pesquisas indicam que a recuperação envolve um novo funcionamento cerebral, e esse fator deve ser considerado nas políticas públicas. Perguntou quais estratégias estão sendo pensadas para reduzir o preconceito e garantir apoio contínuo para a permanência no trabalho.

O conselheiro denunciou o sucateamento do tratamento da dependência química, destacando que há uma mercantilização da internação, especialmente em São Paulo. Observou que ambulâncias de remoção e anúncios na internet seguem promovendo esse comércio, mesmo com restrições do Google. Ressaltou que 80% das instituições hoje operam apenas com internação involuntária, muitas prolongando tratamentos desnecessariamente, estendendo internações de um mês para seis meses ou mais. Criticou a desinformação da população, que busca ajuda desesperadamente e acaba sendo enganada por discursos alarmistas, como "Se você não internar seu filho, o traficante cuidará dele". Questionou a ausência de um canal de denúncia acessível para que a população possa identificar e reportar abusos.

O conselheiro sugeriu que o COMUDA e a Secretaria de Direitos Humanos desenvolvam uma cartilha de orientação para a população, abordando: O que observar ao buscar um serviço de tratamento? Quais são os direitos dos usuários e familiares? Onde encontrar informações confiáveis sobre tratamento para álcool e outras drogas? Destacou que a informação é essencial para proteger a população de práticas abusivas. Perguntou como essa iniciativa poderia ser estruturada e implementada e inclusive sugere que deve ser feita de acordo com o código de defesa do consumidor.

Ao final, reforçou a necessidade de políticas públicas mais eficazes para enfrentar o preconceito, o comércio irregular de internações e a desinformação da população.

Conselheiro Michel de Castro Marques agradeceu a presença do secretário e da secretária e estendeu um convite para que participem de futuras reuniões do COMUDA ou de outros espaços de discussão sobre a política de drogas em São Paulo. Destacou a importância de envolver diversas secretarias para garantir que a política pública atenda às demandas reais da população, o que não está claro no atual planejamento. Além disso, mencionou que o relatório da 8ª COMPAD não foi contemplado na formulação das políticas, sugerindo um distanciamento das necessidades expressas pelos próprios usuários e trabalhadores.

ATA DA REUNIÃO P.10

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Sobre os dados apresentados, questionou onde podem ser acessados e qual a existência de um banco de dados consolidado da política de drogas, de forma que pesquisadores, trabalhadores e o próprio COMUDA possam acompanhar, avaliar e monitorar essas ações. Reforçou que a transparência desses dados é fundamental para a efetividade do controle social. Manifestou preocupação quanto à metodologia utilizada na coleta de dados, destacando que, na realidade dos CAPS AD, sabe-se que falhas metodológicas podem gerar diagnósticos equivocados, tornando essencial que essas informações sejam analisadas com rigor e criticidade.

Sobre a dispersão da população usuária, mencionou relatos de migração de pessoas da cena de uso do centro para outros bairros, como Vila Leopoldina e outras regiões da cidade. Questionou o que a prefeitura sabe sobre essas movimentações e como está sendo monitorada essa dispersão, considerando também a situação de violência na região do Tremembé, onde há denúncias de justiceiros agredindo usuários e relatos de vans transportando essas pessoas para outros locais, sem um direcionamento adequado.

Além disso, apontou a redução do número de pessoas na cena de uso no centro, mas questionou para onde essas pessoas foram. Se antes havia 600 ou 400 pessoas pela manhã e agora há apenas 180, perguntou onde estão as demais e se os serviços de monitoramento, como o Consultório na Rua e os SEAS, estão conseguindo localizá-las. Expressou preocupação sobre a possibilidade de essas pessoas simplesmente sumirem dos registros ou se houve uma estratégia deliberada de deslocamento.

Por fim, citou o precedente de 2017, quando o então prefeito João Doria tentou acabar com a Cracolândia utilizando um aparato militar, sem sucesso. Destacou que agora parece que o mesmo processo ocorre de forma mais lenta e silenciosa, questionando se a política adotada atualmente está apenas deslocando as pessoas sem garantir suporte real. Reforçou que a pergunta central é: onde estão essas pessoas? Se houve dispersão, quais estratégias estão sendo adotadas para garantir o acesso delas aos serviços? Ressaltou que os dados precisam ser claros sobre essa movimentação e que é fundamental que a política de drogas seja transparente, garantindo cuidado real e não apenas a remoção da população vulnerável da região central.

Conselheiro Felipe agradeceu a presença do secretário, da secretária, do Coordenador do Programa Redenção, da Presidente Lucas e de todos os presentes. Destacou que traz essa reflexão de forma recorrente, pois considera essencial uma análise crítica da política de drogas em São Paulo, tanto no município quanto no estado, dentro de uma série histórica. Ressaltou a importância de entender quais foram as diretrizes adotadas ao longo do tempo, quais as consequências dessas políticas e quais desafios persistem.

Afirmou que a política pública deve ser baseada na manutenção e fortalecimento da rede territorial, mas historicamente se observam movimentos que priorizam a supressão de direitos e a segregação de pessoas em vulnerabilidade, o que é manicomial. Questionou o que acontece

ATA DA REUNIÃO P.11

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

quando a política abandona a lógica territorial e afirmou que a solução falha se repete: deslocamento, repressão e privação de direitos.

Sobre os dados apresentados, destacou que o primeiro slide trouxe um número 680 mil pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas, o que equivaleria a 6% da população. Ressaltou que a maioria das pessoas que usam drogas não desenvolve problemas graves e que estudos já demonstram que o uso problemático não passa de 10% entre os usuários de álcool, a substância mais difundida no país. Questionou como se sustenta essa narrativa de crise generalizada e afirmou que a abordagem que demoniza o crack sempre serviu de justificativa para políticas que cerceiam direitos e fortalecem o mercado de comunidades terapêuticas.

Citou que, em São Paulo, foram 4 mil encaminhamentos para comunidades terapêuticas, enquanto o HUB encaminhava cerca de 3 mil pessoas. Ressaltou que essa priorização não segue alinhada à política nacional e não reflete uma solução eficaz.

Sobre a falta de continuidade no atendimento da rede pública, destacou que a política vigente coloca a internação como prioridade, em detrimento da atenção territorializada. Apontou que o efeito colateral dessa estratégia é a retirada das pessoas de seus territórios, fazendo com que percam o vínculo com os serviços locais e tenham a reinserção social comprometida. Relatou que profissionais da ponta apontam a falta de recursos, tornando inviável um atendimento de qualidade.

Questionou por que, se os serviços públicos de saúde e assistência social são subfinanciados, continua-se investindo na internação em massa, uma estratégia mais cara e menos eficaz a longo prazo. Perguntou ainda por que não há um investimento real na ampliação da rede territorial.

Sobre a descontinuidade da política pública a cada gestão, destacou que durante as eleições há um discurso de que o problema da Cracolândia foi resolvido, mas que depois as pessoas voltam para a cena de uso e uma nova onda de repressão começa. Ressaltou que isso demonstra a repetição de ciclos e a ausência de continuidade nas estratégias de atendimento.

Questionou se hoje há menos pessoas na cena de uso do centro, para onde elas foram. Citou que os dados apresentados mostram uma queda de 600 para 180 pessoas na cena central, mas que se sabe que novas cenas estão surgindo em bairros como Leopoldina e Tremembé, com denúncias de violência contra usuários e relatos de vans deslocando pessoas para regiões periféricas. Perguntou por que os serviços de monitoramento não conseguem localizar essas pessoas.

Afirmou que essa não é a primeira vez que essa estratégia fracassa. Citou que, em 2017, o então prefeito João Doria tentou "acabar" com a Cracolândia com um aparato policial, sem sucesso. Destacou que agora, parece que está ocorrendo um processo similar, disfarçado de redução da cena de uso, quando na verdade se trata de um deslocamento forçado da população mais vulnerável.

ATA DA REUNIÃO P.12

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Por fim, ressaltou que a política pública precisa ser tratada como responsabilidade coletiva, e não como palco para discursos salvacionistas. Defendeu que a reforma psiquiátrica deve ser respeitada, pois é lei, e que continuar priorizando a internação em detrimento da rede territorial significa perpetuar um modelo de política pública que não resolve o problema e ignora os direitos das pessoas.

Diante disso, reiterou as perguntas centrais.

1. **Por que a internação segue sendo priorizada em vez do fortalecimento da rede pública e territorializada?**
2. **Se há menos pessoas na cena central, onde elas estão agora? Como está sendo feito o monitoramento dessa dispersão?**
3. **Como garantir continuidade e financiamento adequado para os serviços públicos, evitando ciclos de desmonte a cada nova gestão?**

Conselheiro Danilo Locatelli: Agradece aos secretários e Thiago. Espera encontrá-los mais vezes neste espaço. Apresenta pergunta que diz respeito à avaliação do próprio programa. Quais são os indicadores de efetividade utilizados para medir os resultados da política? Isso é essencial para termos clareza sobre o impacto do programa. Como mencionaram anteriormente falta transparência sobre os critérios utilizados para definir se a política está funcionando ou não. Gostaria de saber quais são os principais indicadores considerados para monitorar os avanços e desafios do programa.

A secretária Regina agradece a todos. Relata que ouviu atentamente as falas, especialmente a exposição do Programa Redenção. Agradece ao secretário Ortega e ao Thiago pela apresentação.

Durante a explanação, já foi criado um grupo no WhatsApp entre os secretários presentes, coordenador do Redenção e a coordenadora de políticas de drogas da SMDHC, Lucas para acompanhar mais de perto os índices apresentados, com destaque para mulheres e egressos, que possuem números mais elevados. Relata que a Lucas rapidamente incluiu a apresentação no grupo, mas o monitoramento não se restringe a esses dois indicadores – estão atentos a todas as questões relacionadas ao álcool e outras drogas. Relata ainda saberem da importância de políticas públicas efetivas e, por isso, já iniciaram um diálogo com o secretário Ortega. As assessorias das secretarias estão organizando uma reunião conjunta o mais breve possível, junto com a Lucas, para nos aprofundarmos sobre as ações em andamento. Na semana passada, já realizaram uma reunião inicial, mas sem tempo para discutir os detalhes. No entanto, reforça que não haverá nenhuma ruptura nos trabalhos. Pelo contrário, o objetivo é fortalecer e ampliar as ações existentes. Querem ouvir a Lucas, a equipe envolvida e todos os parceiros para aprimorar as atividades. Precisa ausentar-se para uma reunião previamente agendada, mas não poderia deixar de estar aqui para ouvir o conselho, finaliza a secretária Regina agradecendo a presença de todas as pessoas.

ATA DA REUNIÃO P.13

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

A Presidente Lucas retorna a palavra ao secretário Ortega que passa a responder os questionamentos e realizar novas observações

Secretário Ortega destacou a importância das observações trazidas, ressaltando que elas contribuem para o aprimoramento das intervenções e das trocas de informações. Parte das questões foi respondida diretamente, enquanto outras foram encaminhadas para o Thiago, que acompanha algumas ações específicas. Sobre o aplicativo, foi esclarecido que pessoas sem acesso a celular poderão utilizá-lo por meio dos Poupatempos, unidades do Descomplica em todas as prefeituras, e em unidades da rede de assistência social, onde computadores estarão disponíveis para a realização da chamada "prova de vida". Em relação às recomendações da 8ª Conferência, foi mencionado que algumas já estão sendo consideradas, como o fortalecimento da rede de atenção psicossocial e de assistência social. No entanto, com a chegada de novos secretários às pastas envolvidas, as equipes ainda estão sendo estruturadas. Para alinhar as ações, está sendo organizada uma reunião do comitê do Programa Redenção, com participação de todas as secretarias envolvidas. Esse encontro permitirá definir um plano de ação para o próximo período, levando em conta as observações feitas pelos participantes, incluindo a questão do CECO Luz, já mencionado pelo Thiago no contexto da ampliação de equipamentos e fortalecimento da rede municipal. Coincidentemente, foi informado que, na manhã do mesmo dia, ocorreu uma reunião entre a nova gestão da Secretaria Municipal da Cidade Social e a Secretaria de Assistência Social do Estado, abordando ações integradas entre município e estado. Na última semana, ocorreram encontros com a Secretaria Estadual da Saúde e Assistência, visando fortalecer a rede de proteção da região metropolitana e dos municípios vizinhos. O objetivo é garantir que outras cidades também ampliem suas redes de proteção, a exemplo de São Paulo.

Quanto à disponibilização de dados, foi reconhecida a necessidade de melhorar a transparência e o acesso às informações. Atualmente, os dados podem ser encontrados nos sites das secretarias e do programa, mas há um compromisso de unificar essas informações em um portal único, semelhante ao que já foi feito para a população em situação de rua, onde há acesso consolidado aos serviços de todas as secretarias. O programa já está em processo de fortalecimento da equipe técnica para organizar esse repositório de dados e garantir maior transparência e acesso à informação para a sociedade e para pesquisadores.

Sobre a redução de pessoas na cena de uso e a dispersão para outras regiões, foi enfatizado que o programa não adota estratégias de espalhamento, que são contra. A saída das pessoas da cena de uso deve ocorrer pela porta da saúde e da assistência social, garantindo acolhimento adequado. O monitoramento busca registrar para onde essas pessoas estão sendo encaminhadas, seja para unidades de saúde do município ou do estado, serviços de assistência social ou outros dispositivos de suporte. Foi informado que, em outra oportunidade, os dados detalhados poderão ser apresentados para demonstrar o fluxo dessas pessoas e os resultados das intervenções realizadas.

ATA DA REUNIÃO P.14

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Foi destacado durante a apresentação pelo Thiago, os avanços na integração dos sistemas de informação das quatro principais secretarias envolvidas na política de drogas, reconhecendo que outras pastas também desempenham um papel nesse trabalho além de outras. No segundo semestre do ano passado, foi possível melhorar o intercâmbio de informações entre saúde e assistência social, tornando o acesso recíproco mais dinâmico. No entanto, ainda há desafios a serem superados para que o acesso seja facilitado. Atualmente, as coordenações já possuem esse acesso facilitado, mas o objetivo é garantir que os profissionais da ponta também possam visualizar e acompanhar a linha de cuidado dos usuários. Dessa forma, um profissional do CAPS ou de qualquer outra unidade de saúde e assistência poderá identificar onde o paciente está inserido na rede e de que maneira pode contribuir para o seu atendimento, respeitando a singularidade de cada caso.

Sobre a quantificação dos avanços e os indicadores de efetividade, foi reforçado que essa é uma pauta prioritária. Assim que houver alinhamento com todas as secretarias envolvidas, os dados serão apresentados em uma nova oportunidade, permitindo uma análise mais detalhada dos resultados do programa. Foi abordada também a questão das denúncias de deslocamento forçado de pessoas, especialmente na região do Tremembé. A Secretaria de Assistência e Saúde foi acionada para averiguar as notícias de que vans teriam levado pessoas para a região, mas não foi possível obter informações concretas sobre esses deslocamentos. A orientação é que, caso alguém tenha informações detalhadas sobre essas movimentações (data, horário e local exato), as denúncias sejam repassadas, pois há câmeras públicas e privadas que podem auxiliar na verificação desses casos. Foi destacado que, em investigações anteriores, já foram identificadas vans trazendo pessoas de outros municípios para São Paulo, o que inicialmente era tratado como um boato, mas que, com base em denúncias recebidas, pôde ser comprovado. Essas pessoas foram abordadas por agentes sociais e de saúde, e a justificativa dada pelos responsáveis pelo deslocamento era que estavam sendo levadas para o sistema estadual de acolhimento. No entanto, muitas acabavam permanecendo nas ruas da cidade. Após essas identificações, houve articulação com o governo do estado, que acionou prefeituras e secretarias municipais para esclarecer sobre a rede de proteção disponível em cada território. O objetivo é garantir que as pessoas recebam assistência em seus próprios municípios, evitando deslocamentos desnecessários que as deixam em situação de vulnerabilidade em São Paulo. Foi reforçado que o programa não apoia qualquer forma de deslocamento forçado de pessoas. A política adotada defende o fortalecimento das redes locais, garantindo que cada território tenha acesso a serviços de saúde, assistência social e demais políticas públicas próximas ao local de residência dos usuários.

Durante a reunião, foi abordada a necessidade de fortalecer a rede de assistência social, especialmente diante do aumento de casos de transtornos mentais e dependência química entre os usuários desses serviços. Houve discussões com a nova Secretaria da Assistência Social para viabilizar a presença de profissionais da saúde dentro dos equipamentos de assistência, considerando o crescimento da demanda nessa área. Esse esforço já conta com o apoio da

ATA DA REUNIÃO P.15

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Alcool do Município de São Paulo - COMUDA

Secretaria do Governo para encontrar soluções viáveis, mesmo diante das restrições regulatórias do SUS. Além disso, há tratativas com o Governo Federal para modernizar essas políticas e superar os desafios estruturais que limitam a atuação da assistência social.

A questão da definição conceitual sobre as cenas de uso também foi levantada. Atualmente, a cidade conta com 1.600 agentes contratados pela Prefeitura, sendo 800 da saúde (Consultório na Rua) e 800 da assistência social (agentes de abordagem social). Está em fase de implementação um sistema eletrônico para que esses profissionais possam registrar suas ações em cada território, garantindo dados mais precisos sobre o perfil da população atendida. Muitas informações veiculadas na imprensa utilizam estimativas do Cadastro Único (CADÚnico), como a de 80 mil pessoas em situação de rua, mas não há um mapeamento exato sobre onde essa população está e quais são suas condições reais. O objetivo é aprimorar o monitoramento e qualificar as informações disponíveis.

Além disso, há um compromisso em melhorar a capacitação e a remuneração dos profissionais que atuam diretamente nas ruas, garantindo que estejam preparados para lidar com pessoas em alta vulnerabilidade, incluindo aqueles com dependência química e transtornos mentais. A intenção é que esses profissionais ofereçam alternativas adequadas de políticas públicas para cada indivíduo, respeitando sua singularidade.

Sobre a integração da rede de proteção, foi reafirmada a importância do fortalecimento da rede municipal e estadual. Houve menção às comissões municipais, incluindo aquelas voltadas para crianças e adolescentes, e foi destacado que não há um Plano Municipal de Atenção à Criança e ao Adolescente na cidade de São Paulo. Foi sugerido que esse tema seja tratado em reuniões futuras. Participante Jorge Arthur membro da ABRAMD considera que o atual Programa da Primeira Infância não cobre integralmente questões como trabalho infantil e violência sexual. Foi apontado também que o documento apresentado não traz referências diretas à infância e adolescência no contexto da política de drogas, sendo mencionado apenas o caso de meninas grávidas. Essa lacuna será revisada para garantir um olhar mais abrangente sobre a presença de crianças e adolescentes no cenário de vulnerabilidade social e uso de substâncias. O Secretário mantém a possibilidade de nova discussão sobre o tema.

Outro desafio destacado foi a reinserção social de pessoas em situação de dependência química. O foco não deve ser apenas garantir o acesso a serviços, trabalho e renda, mas também criar condições para que essas pessoas permaneçam nesses espaços de forma sustentável. Foi levantada ainda a problemática da comercialização de internações, incluindo o uso de ambulâncias promocionais para remoção de pacientes. Essa questão deve ser analisada para que sejam estabelecidas estratégias de orientação à população, como uma cartilha informativa sobre os serviços públicos disponíveis e os direitos dos usuários e familiares.

Quanto à disponibilização de dados, foi ressaltada a importância de manter a transparência, permitindo que os dados sobre a população atendida estejam acessíveis para embasar pesquisas

ATA DA REUNIÃO P.16

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

e aprimorar as políticas públicas. A preocupação com o deslocamento forçado de pessoas também foi reiterada. A gestão reforçou que não adota práticas de remoção compulsória e que a saída das pessoas das cenas de uso deve ocorrer por meio da saúde e da assistência social. No entanto, reconheceu que parte da população mais vulnerável não está sendo monitorada de forma eficaz, pois algumas pessoas acessam redes particulares, serviços ligados a igrejas ou simplesmente não permanecem no sistema público. Foi enfatizado que a prioridade é aprimorar a integração dos sistemas para que, caso essa população busque atendimento em qualquer unidade de saúde ou assistência, seja possível identificá-los e garantir que recebam atenção especializada, especialmente aqueles que dependem de medicação de uso contínuo.

Foi mencionado que os dados sobre dependência química são baseados em estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS), que indicam um índice de 6% de dependência química nas populações de algumas grandes cidades. Quanto ao número de internações, foi ressaltado que não há uma priorização da internação no programa, e que essa decisão deve ser baseada exclusivamente na avaliação dos profissionais de saúde, sem interferência política a decisão sobre internação voluntária ou involuntária, redução de danos ou abstinência deve ser feita pelos profissionais de saúde, de forma singular e respeitando a realidade de cada pessoa. No entanto, foi ressaltado que a gestão pública precisa ter um posicionamento claro sobre essas diretrizes, garantindo alinhamento entre documentação oficial, práticas dos trabalhadores e apoio institucional. Foi apontada pelo conselheiro Aldemyro que a falta de respaldo governamental para os profissionais e a prevalência de um discurso contrário à redução de danos, o que impacta a efetividade das políticas, isso reforça a necessidade de clareza e apoio às abordagens baseadas em evidências científicas e nas diretrizes do SUS. A redução de danos tem sido progressivamente incorporada às políticas públicas, mas a falta de um posicionamento claro da gestão municipal pode fragilizar as estratégias adotadas no território. É essencial que o município garanta a oferta de todas as abordagens previstas na legislação do SUS e na RAPS, assegurando que o usuário tenha acesso à alternativa mais adequada ao seu caso. O secretário reforça que a política pública deve seguir as normas do SUS, independente da preferência individual de gestores. A rede já conta com profissionais de redução de danos, e não há restrição à atuação desses profissionais dentro das unidades de saúde do município. Sobre os indicadores de efetividade, foi confirmado que essa questão será tratada e posteriormente apresentada em outro momento. Em relação ao papel do vice-prefeito na política de drogas, foi esclarecido que ele não tem participação direta na formulação das políticas. As secretarias setoriais são responsáveis pela condução das ações, enquanto a Secretaria de Governo apoia a implementação das políticas públicas, sob a coordenação do gabinete do prefeito e apoiar as secretarias para o que é necessário ser feito.

O Secretário novamente é interpelado sobre a atuação do vice-prefeito no território da rua dos protestantes, registrada em um vídeo público, onde ele questiona diretamente um usuário sobre a internação, sem considerar o trabalho dos profissionais de saúde que constroem vínculos e avaliam cada caso. Essa abordagem foi considerada desrespeitosa tanto com a gestão quanto

ATA DA REUNIÃO P.17

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

com os profissionais e usuários do serviço. A gestão assegurou que nenhum encaminhamento é feito sem a avaliação da equipe de saúde, garantindo que toda decisão seja tomada com base na pertinência clínica e nos protocolos estabelecidos. E garante com certeza que o vice-prefeito não interfere na ação dos profissionais.

Thiago, coordenador do programa redenção retoma aos questionamentos, informa que a interlocutora da AFNE é a Cecília Guimarães; Diz que a SEPE não tem competência de fiscalizar e recepcionar denúncias em relação a denúncias da saúde e solicita ao Wagner representante da Secretaria de Saúde que em algum momento futuro possa trazer essas informações ao conselho; Sobre Capacitação, destacou que, no primeiro ano de atuação, o foco esteve na qualificação da abordagem, buscando aprimorar as estratégias utilizadas pelos profissionais em contato com a população. As capacitações foram realizadas em parceria com as Secretarias de Saúde e Assistência, com acompanhamento direto no território para avaliar e ajustar as abordagens conforme a complexidade de cada caso. O trabalho inclui a avaliação do efetivo, verificando se o número de agentes é adequado e se possuem a capacitação necessária para atuar com esse público. As capacitações são conduzidas pelas secretarias, OSPs e OASs, dentro das diretrizes de educação continuada e permanente, com foco específico nas estratégias de abordagem. O Guia de Capacitação é um dos instrumentos utilizados nesse processo, auxiliando na formação dos agentes. O diagnóstico inicial apontou que muitos profissionais enfrentavam as mesmas situações sem novas ferramentas de intervenção, o que reforçou a necessidade de diversificar estratégias e ampliar o repertório técnico das equipes. A gestão identificou que o tempo de permanência na desintoxicação era, em muitos casos, de apenas dois a três dias, o que levantou um alerta sobre a real necessidade desse encaminhamento. Muitos usuários solicitavam internação não por uma demanda clínica de desintoxicação, mas por necessidade de afastamento temporário do ambiente, alimentação adequada ou descanso. Diante disso, houve um trabalho de qualificação da avaliação realizada pelos profissionais de saúde que atuam na porta de entrada dos serviços, incluindo aqueles responsáveis pelos encaminhamentos na rede municipal. O objetivo foi refinar os critérios de admissão, garantindo que apenas aqueles que realmente necessitam de desintoxicação sejam encaminhados para esse tipo de atendimento. Os dados apresentados no evento da Rebouças pela Secretaria Estadual de Saúde indicam que o tempo médio de permanência nos programas estaduais de desintoxicação aumentou de 20% para 50%, com internações de 30 a 45 dias, conforme o protocolo estadual. Para melhorar o fluxo de saída, foi estabelecida uma conexão entre a rede estadual e a rede municipal de saúde e assistência, possibilitando discussões sobre a transição do usuário desde o momento de entrada na desintoxicação. A partir disso, foram implementadas agendas semanais com os hospitais, permitindo um planejamento antecipado da saída e continuidade do atendimento nos CAPS e nos CREs/Centros Pop. Foi reforçado que a desintoxicação isolada não resolve a questão da dependência, sendo apenas uma intervenção pontual para uma demanda específica. O foco principal deve estar na continuidade do cuidado e no acompanhamento após a alta, garantindo suporte adequado ao usuário dentro da rede de atenção. Informou que o sistema de dados ficou

ATA DA REUNIÃO P.18

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

inutilizado por um período devido a problemas técnicos, mas está sendo reformulado para garantir acesso a todas as informações de forma transparente. Enquanto isso, os dados podem ser fornecidos mediante solicitação, sem restrições. Foi reforçado o compromisso de manter o diálogo contínuo com o conselho, garantindo que esse não seja um encontro isolado, mas sim parte de um processo de interlocução ao longo do ano. A participação do conselho é considerada essencial para o acesso às informações e para o acompanhamento das políticas públicas.

Agradecendo a presença de todos, **a Presidente Lucas** relata que está à disposição para futuras discussões, reforçando a importância do diálogo entre governo e COMUDA.

Foi sugerida a realização de uma reunião extraordinária no dia 21/01/2025, com a concordância dos participantes. Ficou definido que o encontro será online, às 14h, e um convite formal será enviado para todos os conselheiros. A reunião seguirá as pautas já estabelecidas para o encontro corrente. Com essa definição, a reunião foi encerrada, e os participantes se encontrarão novamente na terça-feira, dia 21/01/2025, para dar continuidade às discussões.

ATA DA REUNIÃO P.19



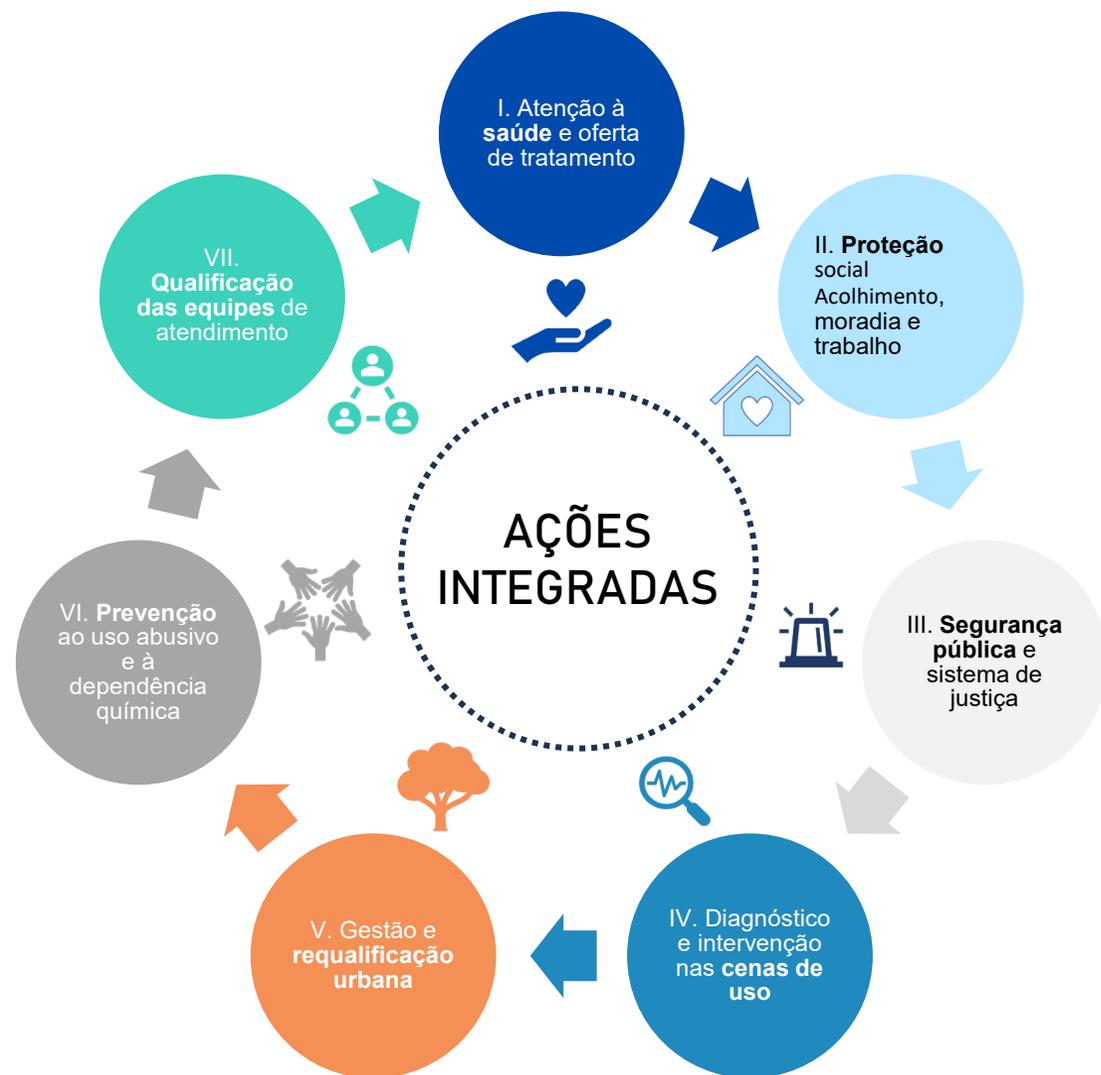
PROGRAMA REDEÇÃO

AÇÕES INTEGRADAS PARA A CENA ABERTA DE USO – CAU

BALANÇO 2024

14/01/2025

EIXOS ESTRATÉGICOS



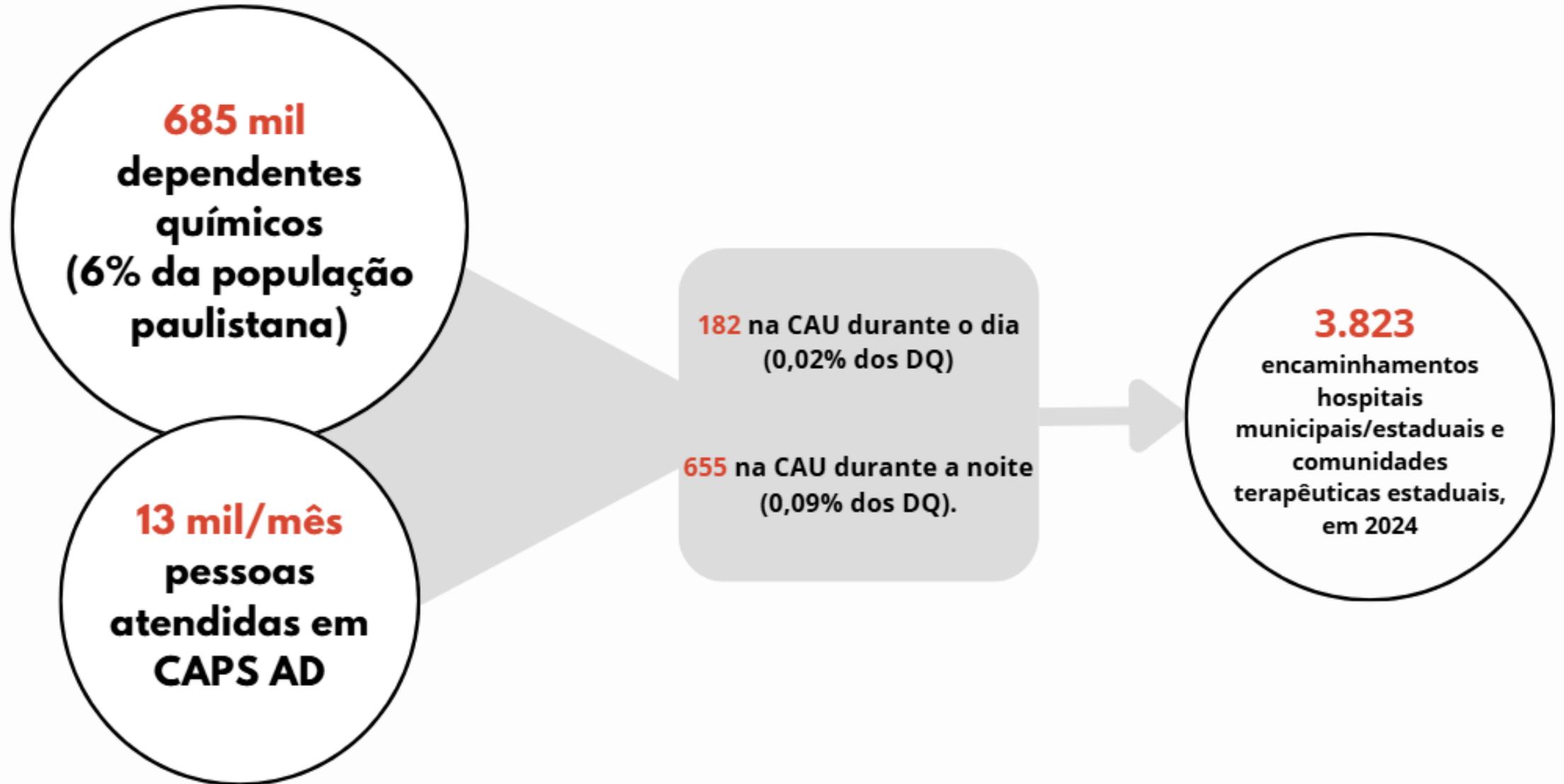
BALANÇO 2024

Em 2024, o Programa Redenção, com forte articulação com o governo estadual, consolidou importantes avanços na abordagem, tratamento, acolhimento e reinserção social de pessoas vulneráveis afetadas pelo uso abusivo de álcool e outras drogas, por meio da integração de diversas secretarias municipais e estaduais.

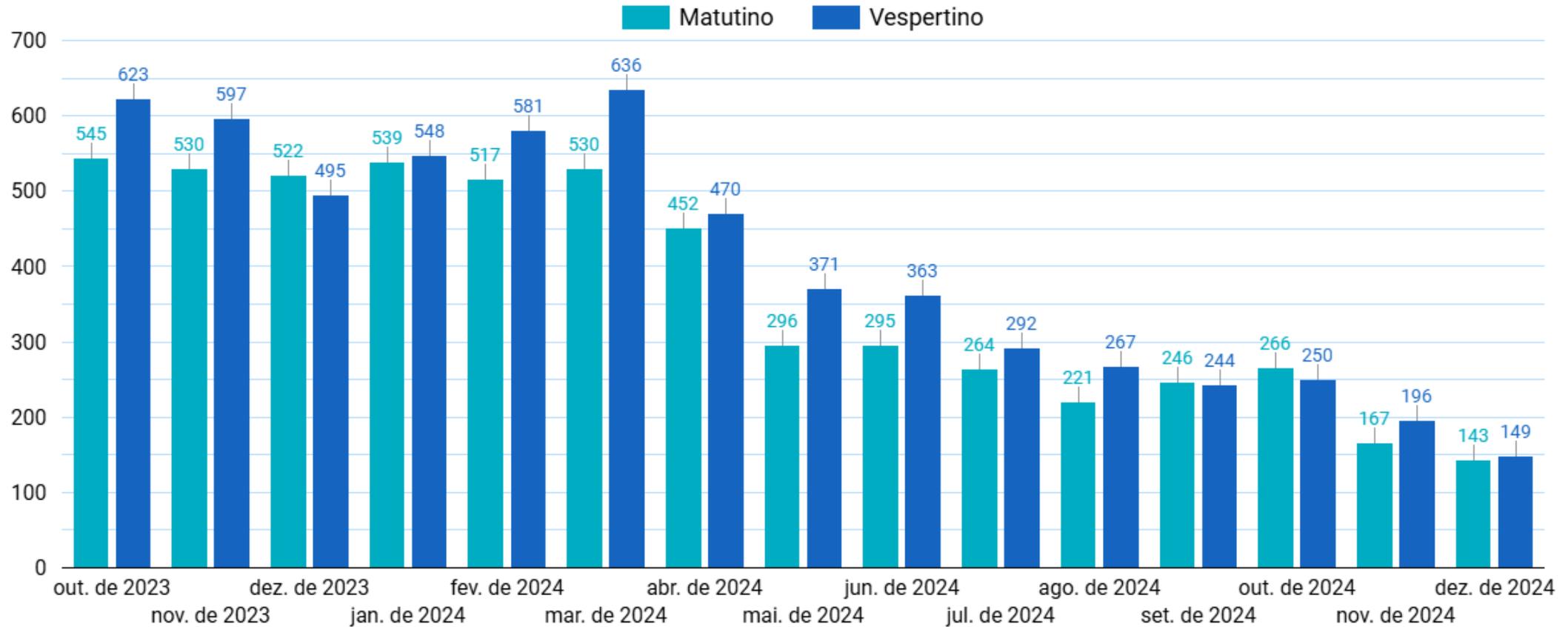
A seguir, apresentaremos síntese do balanço de 2024 nos seguintes tópicos, com base nos Eixos Estratégicos:

- Dados que indicam a redução da concentração de usuários na cena aberta de uso (CAU) da Rua dos Protestantes;
- Imagens de antes e depois das áreas requalificadas na região central;
- Ações estratégicas para a redução de pessoas na CAU - avanços e desafios;
- Ações estratégicas para a redução do influxo de pessoas na CAU - avanços e desafios;
- Síntese do monitoramento e dados

DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM SÃO PAULO



SÉRIE HISTÓRICA DA ESTIMATIVA



Destaques:

Entre **janeiro e dezembro de 2024**, houve **redução de 73,14%** na média de pessoas estimadas na CAU - respectivamente, de 544 para 146.

BALANÇO 2024

AÇÕES INTEGRADAS PARA A REDUÇÃO DE PESSOAS NA CAU

AÇÕES INTEGRADAS PARA A REDUÇÃO DE PESSOAS NA CAU

Saúde, Proteção Social e Trabalho, Segurança Pública, Intervenções na CAU, Urbanismo, Prevenção e Qualificação das Equipes

Avanços

- 1- Aprimoramento da abordagem pelas equipe saúde e assistência social e fortalecimento das ofertas;
- 2- Matriciamento dos casos em desintoxicação hospitalar – PTS e definição de seguimento na rede municipal;
- 3- Proteção das mulheres na CAU – Equipes Especializadas em Violência (EEV), SP Mulher, MP e DPE;
- 4- Acesso compartilhado a sistemas de dados – SMS, SMADS, SES e SEDS;
- 5- Fluxo de retorno de pacientes – referências para acolhimento social para desintoxicados;
- 6- Identificação e priorização dos casos Mais Vulneráveis (MV) – fluxos específicos, gestão de casos e monitoramento semanal;
- 7- Fortalecimento das redes de assistência social e saúde;
- 8- Ampliação do acesso do público AD ao POT Redenção e POT Pop Rua;
- 9- Acesso do público AD ao Auxílio Reencontro nas modalidades moradia e família;
- 10- Guia de Ofertas e Diretrizes – documento e capacitação permanente;

AÇÕES INTEGRADAS PARA A REDUÇÃO DE PESSOAS NA CAU

Saúde, Proteção Social e Trabalho, Segurança Pública, Intervenções na CAU, Urbanismo, Prevenção e Qualificação das Equipes

Avanços

- 11- Capacitação dos agente de saúde, assistência social e segurança - estratégias de abordagem e trabalho conjunto;
- 12- Aumento no efetivo da GCM: de 1.600 a 2.100 em atuação na região central (de 2022 a 2024);
- 13- Instalação de mais de 18 mil câmeras do Programa Smart Sampa - na região central são 4.200 equipamentos instalados;
- 14- Ampliação de PMs pela Atividade Delegada: de 1.200 para 2.400 em abril de 2024; 90 atuam na região da CAU;
- 15- Fechamento de 51 estabelecimentos na região da CAU, como ferros velhos, hotéis e pensões irregulares envolvidas com o crime (jun./2024) - Operações da Polícia Civil com apoio do MP, PM e GCM;
- 16- Redução de roubos e furtos;
- 17- Aumento da apreensão de entorpecentes;
- 18- Aumento de prisões de pessoas envolvidas com o crime;
- 19- Instalação de gradis para a ampliação do acesso dos agentes de saúde e assistência social na CAU;

AÇÕES INTEGRADAS PARA A REDUÇÃO DE PESSOAS NA CAU

Saúde, Proteção Social e Trabalho, Segurança Pública, Intervenções na CAU, Urbanismo, Prevenção e Qualificação das Equipes

Avanços

20- Instalação de tenda para atendimentos em saúde;

21- Intensificação das ações de zeladoria - limpeza 2 vezes ao dia - redução do acúmulo de resíduos de 13t para 1,5t;

22- Reforço da iluminação pública na CAU e em vias do entorno;

23- Diálogo com moradores e comerciantes da região central;

AÇÕES INTEGRADAS PARA A REDUÇÃO DE PESSOAS NA CAU

Saúde, Proteção Social e Trabalho, Segurança Pública, Intervenções na CAU, Urbanismo, Prevenção e Qualificação das Equipes

Desafios

- 1- Fazer com que as diretrizes pactuadas pela gestão das secretarias e dos serviços cheguem aos funcionários que realizam o atendimento direto ao usuário “na ponta”;
- 2- Aprimorar o retorno dos pacientes desintoxicados na rede estadual para seguimento do tratamento nas redes municipais;
- 3- Priorização dos casos mais vulneráveis para encaminhamentos nos serviços das redes municipal e estadual;
- 4- Fortalecer a articulação entre as diversas políticas públicas que atendem a este público (em especial, saúde, assistência social, trabalho e renda, moradia e educação);
- 5- Qualificação de estratégias de abordagem para a adesão dos usuários a proposta de encaminhamento;
- 6- Ampliação e qualificação de equipamentos da rede de saúde municipal (CAPS, UAs, CECCO e SIAT);
- 7- Ampliação de vagas e de Centros de Atendimento POT no município de São Paulo.
- 8- Novos avanços nas ações de segurança pública no combate ao crime na região central.

BALANÇO 2024

AÇÕES INTEGRADAS PARA REDUZIR O INFLUXO DE PESSOAS NA CAU

AÇÕES INTEGRADAS PARA REDUZIR O INFLUXO DE PESSOAS NA CAU

Saúde, Proteção Social e Trabalho, Segurança Pública, Intervenções na CAU, Urbanismo, Prevenção e Qualificação das Equipes

Avanços

- 1- Análise do perfil das pessoas que frequentam a CAU para identificação de padrões e preditores – dados de saúde, assistência social e segurança;
- 2- Qualificação das ofertas de alternativas de acolhimento/moradia - portas de saída;
- 3- Evitar o espalhamento de frequentadores da CAU para consumo em outros locais;
- 4- Acolhimento social e passagens para egressos do sistema prisional;
- 5- Estratégias para atenção em saúde e proteção social de pessoas pré-egressas;
- 6- Tratativas para a implantação do Serviço APEC no Fórum da Barra Funda - assistência social e saúde;
- 7- Tratativas para o desenvolvimento de aplicativo para dispensa de comparecimento presencial (prova de vida) de beneficiários de medidas cautelares;

AÇÕES INTEGRADAS PARA REDUZIR O INFLUXO DE PESSOAS NA CAU

Saúde, Proteção Social e Trabalho, Segurança Pública, Intervenções na CAU, Urbanismo, Prevenção e Qualificação das Equipes

Avanços

8- Recuperação de áreas degradadas com fortalecimento de comércio e serviços - Ruas temáticas: Rua das Motos (General Osório) e Rua dos Eletrônicos (Santa Ifigênia), novas unidades habitacionais;

9- Comitê de Ações Preventivas - articulação entre Estado e Município - Programas Federais: #Tamojunto e Elos (com SME, SMS e SENAD/MJ), beneficiando 54.509 estudantes das 606 escolas da RME até 08/2026 e "Programa Saúde na Escola" para escolas municipais e estaduais no entorno da CAU.

AÇÕES INTEGRADAS PARA REDUZIR O INFLUXO DE PESSOAS NA CAU

Saúde, Proteção Social e Trabalho, Segurança Pública, Intervenções na CAU, Urbanismo, Prevenção e Qualificação das Equipes

Desafios

- 1- Implantar o APEC no Fórum Barra Funda;
- 2- Implantar o aplicativo para "prova de vida" dos beneficiários de medidas cautelares;
- 3- Fortalecer as ações de proteção social e cuidado em saúde para pré-egressos e egressos;
- 4- Fortalecer as redes de acolhimento e tratamento para dependentes químicos na capital e demais municípios, sobretudo os da Grande São Paulo;
- 5- Qualificação de estratégias para a adesão dos usuários à proposta de seguimento do cuidado, evitando o retorno à CAU;
- 6 - Aprimoramento da linha de cuidado e alternativas de "porta de saída";

BALANÇO 2024

MONITORAMENTO E DADOS

CASOS MAIS VULNERÁVEIS (MV) DA CENA DE USO DA LUZ

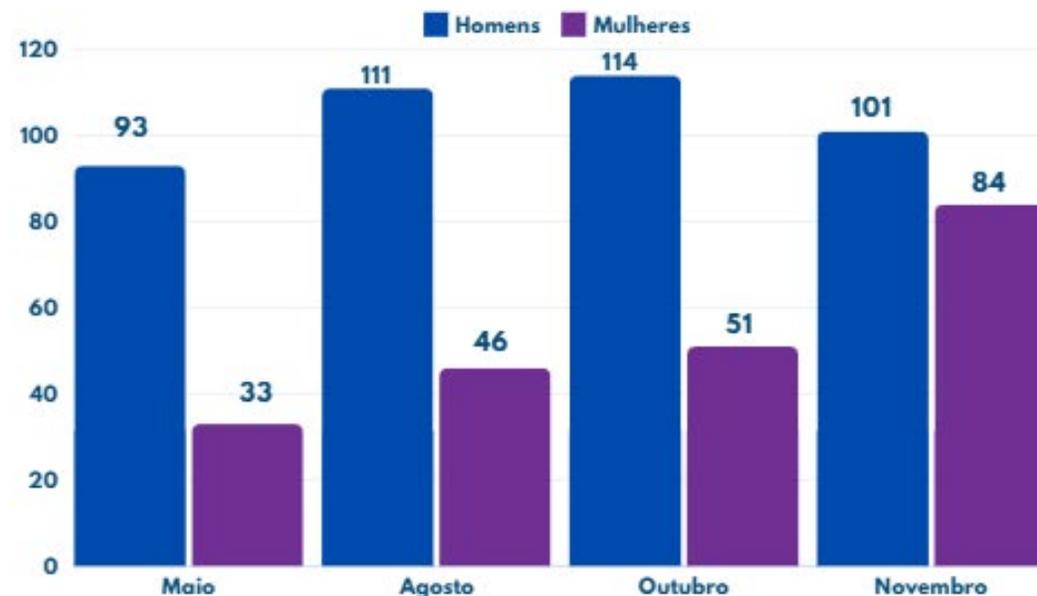
A partir de levantamento realizado pelas equipes de abordagem de saúde e assistência social sobre o conjunto de casos que consideram mais vulneráveis e que apontam para maior complexidade no manejo, foram definidas estratégias e fluxos para abordagem, encaminhamento e acompanhamento destes casos. O grupo técnico estabeleceu os seguintes critérios:

Critérios de vulnerabilidade					
Criança/Adolescente	Pessoa idosa	Mulher	Transexual	Gestante	Pessoa com tuberculose
Pessoa com IST/AIDS	Pessoa com deficiência	Pessoa com comorbidades clínicas	Tempo na CAU	Recusa sistematicamente abordagens e/ou atendimentos	

O grupo inicial continha 126 casos e atualmente possuímos 185 casos mais vulneráveis. Periodicamente, novos casos são inseridos, a partir dos critérios estabelecidos, sem deixar de acompanhar os casos que já estavam anteriormente. Em complemento, são realizadas capacitações com as equipes de abordagem para qualificação dos encaminhamentos.

CASOS MAIS VULNERÁVEIS - EVOLUÇÃO DOS CASOS

Distribuição de casos por sexo

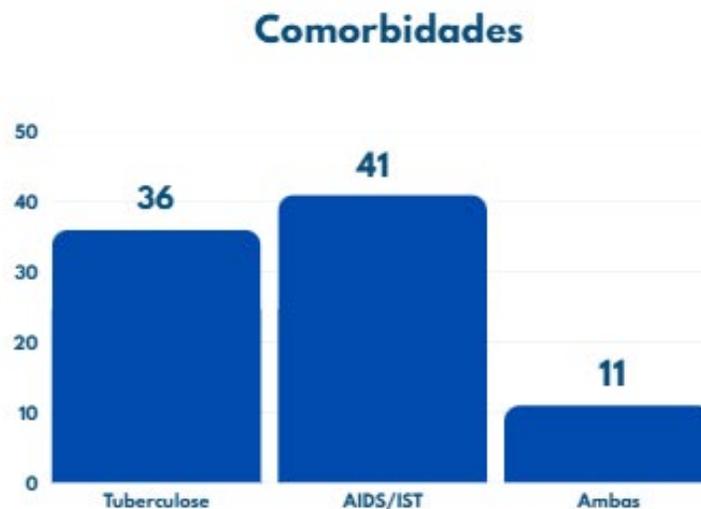
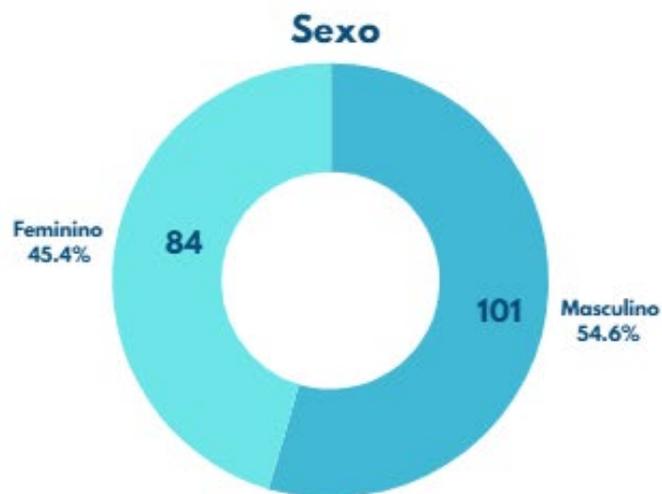


Em maio, o grupo de mulheres representava 26,1% (33) dos casos MV. Já em novembro, o grupo de mulheres passou a representar 45,4% (84), significando um **aumento de 73,9%** na participação das mulheres no grupo de casos Mais Vulneráveis. Em dezembro, esses números se mantiveram. Novas inserções estão sendo discutidas.

CASOS MAIS VULNERÁVEIS - CENAS DE USO ACOMPANHAMENTO

Perfil geral dos Casos Mais Vulneráveis

Total de casos: 185



Gestantes: 11



PCDs: 23



Adolescentes: 6



Idosos: 11

Considerando todo o conjunto das **185 pessoas** mais vulneráveis, identificadas **desde maio** na CAU, 101 são do sexo masculino e 84, do feminino. 23 pessoas possuem alguma deficiência, 11 estão (ou estiveram) gestantes, seis são (ou eram) adolescentes e há 11 idosos. Em relação às comorbidades, 36 pessoas (19.4%) têm tuberculose, 41 (22.1%) têm ISTs e 11 (5.9%) possuem ambas as comorbidades.

CASOS MAIS VULNERÁVEIS - CENAS DE USO ACOMPANHAMENTO - 01 A 07 DE JANEIRO

Foi localizado na CAU?

Total de casos
MV: 185

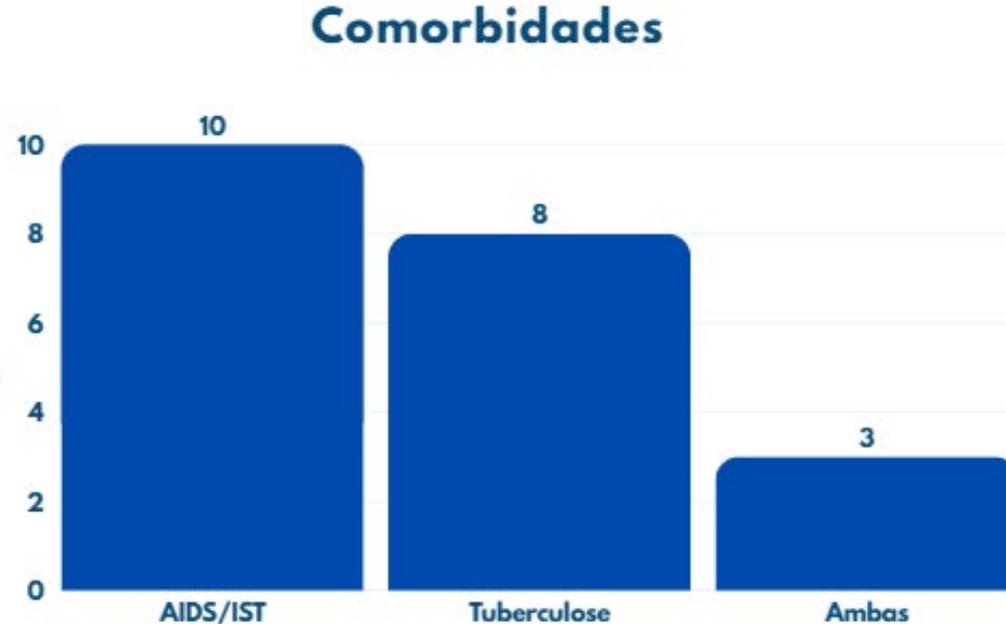
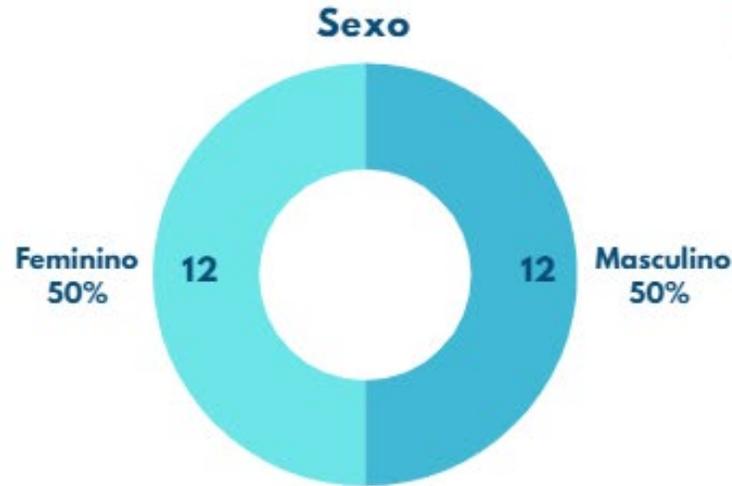


Das **185** pessoas classificadas como as mais vulneráveis da CAU desde maio de 2024, **26** (14%) ainda frequentaram a cena de uso durante a última semana

CASOS MAIS VULNERÁVEIS - CENAS DE USO ACOMPANHAMENTO - 01 A 07 DE JANEIRO

Quem permanece na CAU?

Total de casos: 24



Idosos: 3



PCD: 2



Gestantes: 1

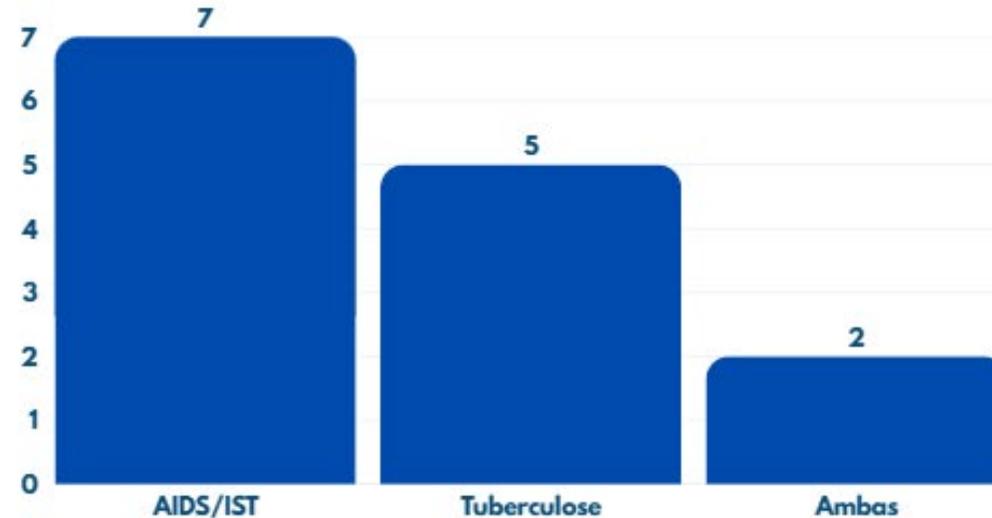
Das **24 pessoas** que foram localizadas na CAU na **última semana**, 12 são do sexo **feminino** e 12, do **masculino**. Há três **idosos**, sendo que um também é **PCD**, e uma **gestante**. Em relação às comorbidades, 10 pessoas têm **IST**, três pessoas têm **ISTs e tuberculose** e oito pessoas têm **tuberculose**.

CASOS MAIS VULNERÁVEIS - CENAS DE USO ACOMPANHAMENTO

Perfil das pessoas que permanecem na CAU nas últimas 2 semanas

Total de casos: 14

Comorbidades



Idosos: 2



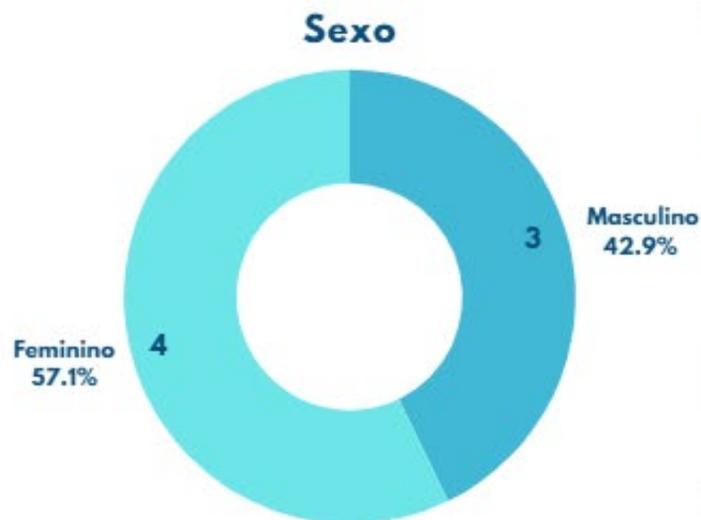
PCD: 1

Das **14 pessoas** que foram localizadas de forma **ininterrupta** na CAU nas últimas duas semanas, oito são do sexo **feminino** e seis, do **masculino**. Há dois idosos, sendo que um também é **PCD**. Em relação às comorbidades, sete pessoas têm **IST**, cinco pessoas têm **tuberculose** e duas pessoas possuem **ambas** as comorbidades.

CASOS MAIS VULNERÁVEIS - CENAS DE USO ACOMPANHAMENTO

Perfil das pessoas que permanecem na CAU nas últimas 4 semanas

Total de casos: 7



Idosos: 1



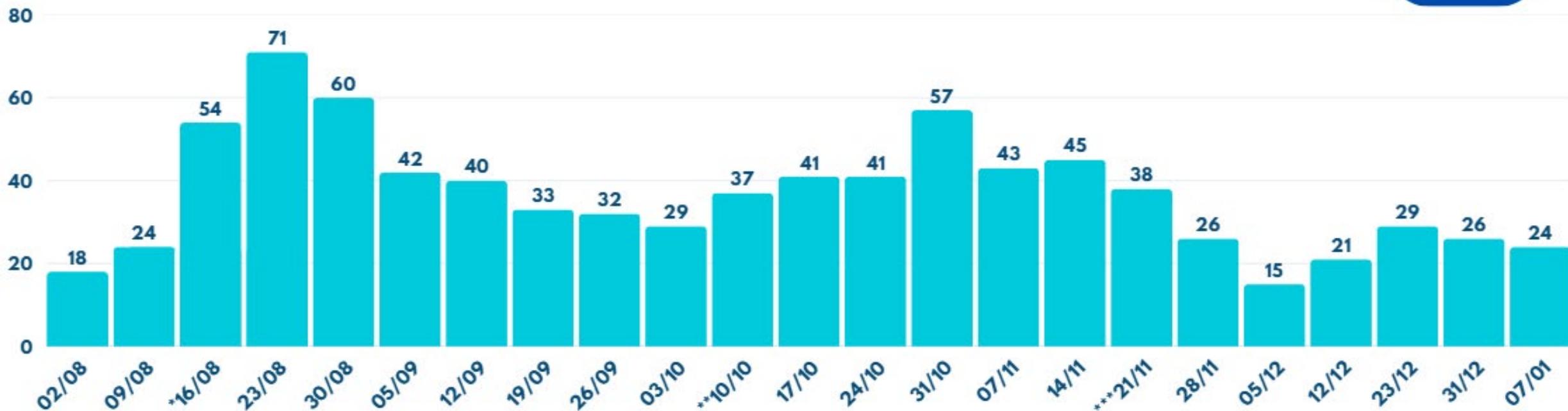
PCD: 1

Das **sete pessoas** que foram localizadas de forma **ininterrupta** na CAU nas **últimas quatro semanas**, quatro são do sexo **feminino** e três, do **masculino**. Há um idoso, que também é **PCD**. Em relação às comorbidades, duas pessoas têm **IST**, duas pessoas têm **tuberculose** e uma pessoa possui ambas as comorbidades.

CASOS MAIS VULNERÁVEIS - CENAS DE USO ACOMPANHAMENTO - 01 A 07 DE JANEIRO

Permanência na CAU - série histórica

Total de casos
MV: 185



Série histórica da quantidade de pacientes MVs que permanecem na CAU, conforme atualização semanal pelas equipes municipais.

*A partir de 16 de agosto, foram incluídos 31 novos casos.

** A partir de 10 de outubro, 08 novos casos foram incluídos.

*** A partir de 21 de novembro, 20 novos casos foram incluídos

MULHERES NA CAU

GRUPO MV

26%

em maio

45%

em novembro

50%

dos presentes na última semana

57%

dos presentes na duas últimas semanas

57%

dos presentes nas últimas quatro semanas

14%

das pessoas frequentes na CAU durante a noite

14%

das pessoas acolhidas em SMADS para AD

7%

das pessoas que chegam ao HUB

5%

das pessoas atendidas nos serviços da COED

VAGAS E EQUIPAMENTOS DE ACOLHIMENTO E/OU TRATAMENTO DE USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

VAGAS EXCLUSIVAS PARA TRATAMENTO AOD

MUNICÍPIO: 71 equipamentos (1.501 vagas)

ESTADO: 72 equipamentos (2.950 vagas)

TOTAL: 143 equipamentos (4.451 vagas)

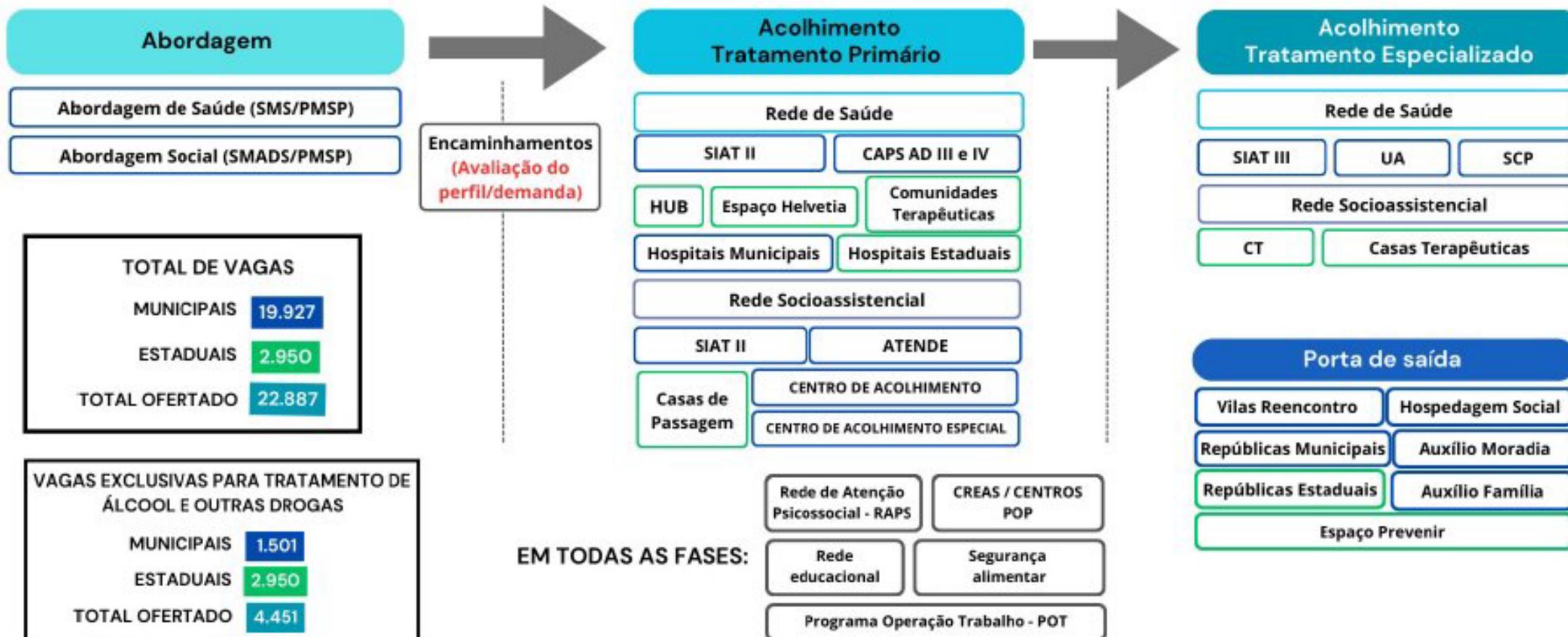
TOTAL DE VAGAS PARA ACOLHIMENTO E/OU TRATAMENTO DE AOD

MUNICÍPIO: 244 equipamentos (19.927 vagas)

ESTADO: 72 equipamentos (2.950 vagas)

TOTAL: 316 equipamentos (22.887 vagas)

REDE DE SERVIÇOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS PARA ACOLHIMENTO E TRATAMENTO DE USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS



TOTAL DE VAGAS	
MUNICIPAIS	19.927
ESTADUAIS	2.950
TOTAL OFERTADO	22.887

VAGAS EXCLUSIVAS PARA TRATAMENTO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	
MUNICIPAIS	1.501
ESTADUAIS	2.950
TOTAL OFERTADO	4.451

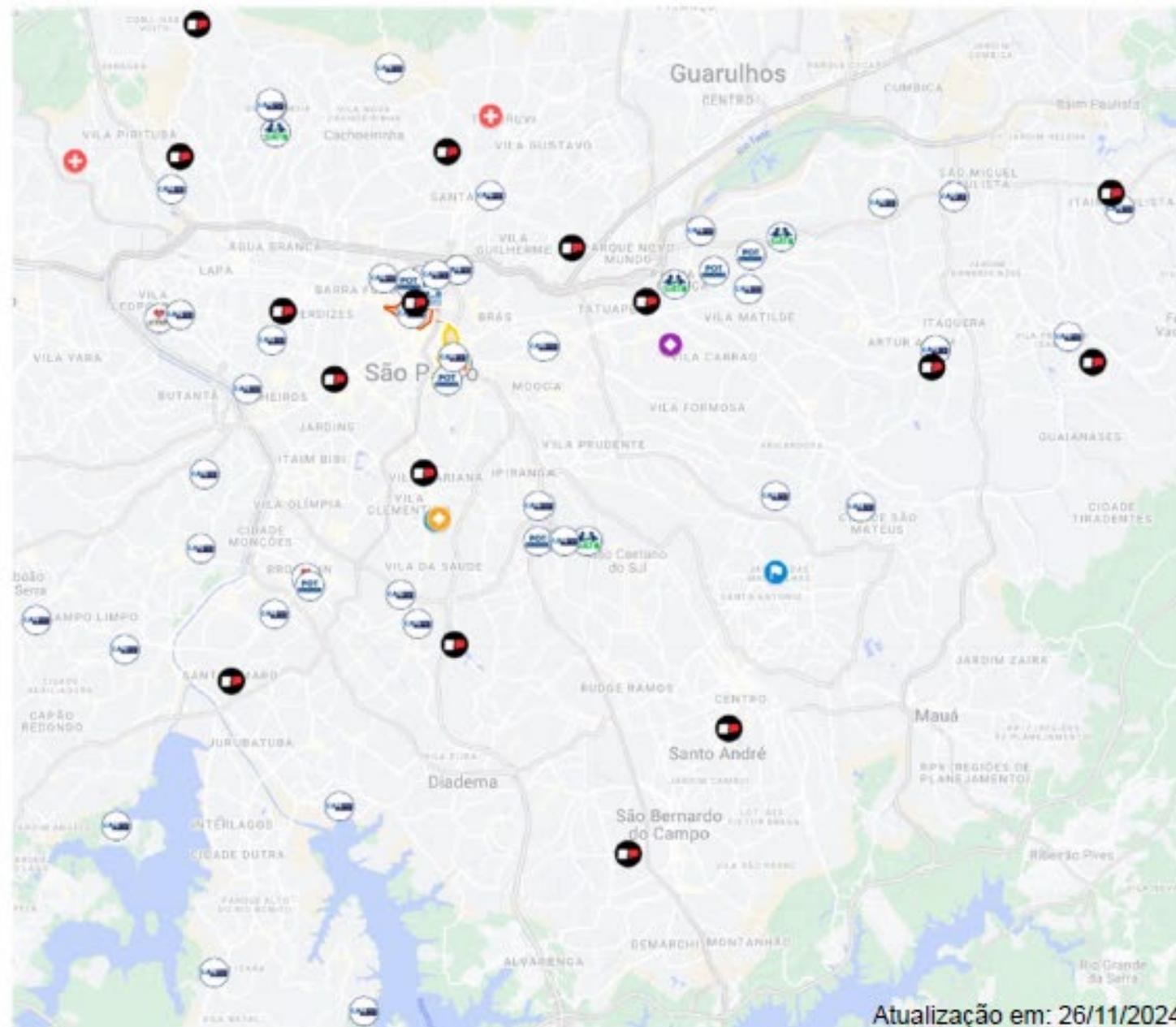
SERVIÇOS

Equipamentos da rede Municipal e Estadual para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas no município e adjacências de São Paulo.

[Confira a lista de equipamentos no site do programa.](#)

-  SIAT II
-  SIAT III
-  ATENDE
-  CAPS AD
-  Hospitais Estaduais, Espaço Prevenir e Unidade Helvetia Recomeço
-  Centro POT
-  Repúblicas
-  Casa de Passagem
-  Comunidades Terapêuticas
-  Perímetro de abordagem SIAT I Luz
-  Perímetro de abordagem SIAT I Glicério

Os equipamentos do Programa Redenção atuam em complemento à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). [Clique para conhecer a RAPS.](#)



OCUPAÇÃO DAS VAGAS PARA ACOLHIMENTO E TRATAMENTO DE AOD – dezembro 2024

TIPOLOGIA	EQUIPAMENTO	TOTAL DE VAGAS	MÉDIA DIÁRIA OCUPAÇÃO	TAXA DE OCUPAÇÃO MENSAL	MÉDIA DE VAGAS DISPONÍVEIS
SIAT II	ARMÊNIA	220	220	100%	0
	GLICÉRIO	200	196	98%	4
SIAT III	ERMELINO	60	59	99%	1
	HELIÓPOLIS	56	53	94%	3
	PENHA	50	50	100%	0
	*BRASILÂNDIA	56	34	61%	22
SCP AD	BORACEA	39	36	94%	3
	PIRITUBA	68	65	96%	3
ATENDE	IV - SANTO AMARO	84	70	83%	14
	V - LAPA	108	79	73%	29
TOTAL		961	862	89%	79

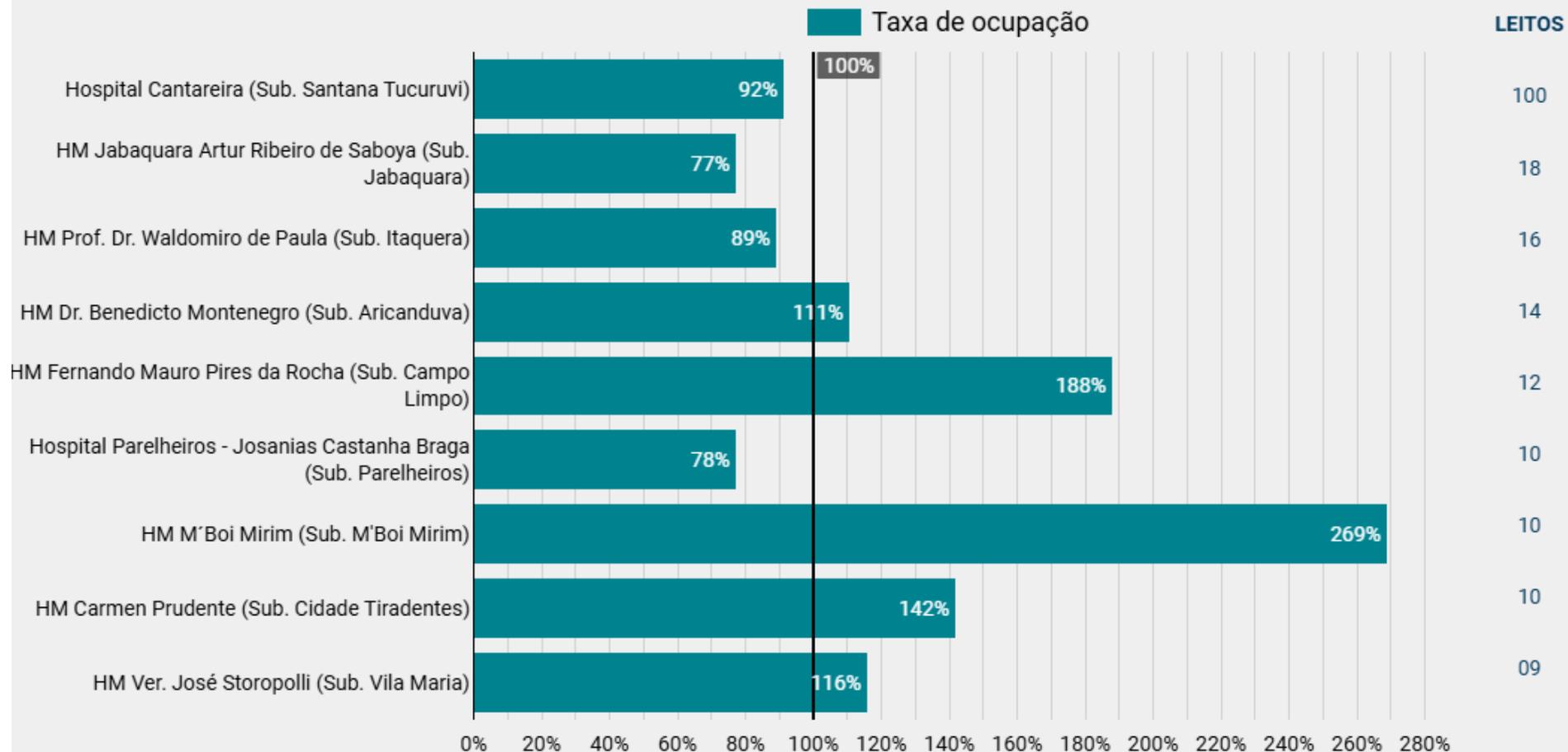
Ocupação
média
241

Taxa de
ocupação
122%

VAGAS PARA O CUIDADO EM SAUDE MENTAL EM HOSPITAIS MUNICIPAIS

Monitoramento da taxa de ocupação - Dezembro de 2024

MONITORAMENTO DA OCUPAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2024



DADOS DE DEZEMBRO DE 2024*

1°

14.516

ABORDAGENS

273 abordagens de saúde (RnR e CnR) e 172 de assistência social **por dia**.



2°

1.202

ENCAMINHAMENTOS

232 para HUB; 277 para rede de saúde, incluindo CAPS AD IV Redenção; 475 para a rede de assistência social; 205 para SIAT II e 13 para leitos hospitalares.

1.416

ATENDIMENTOS DE SAÚDE

Atenção médica e de enfermagem oferecida na rua.



MUNICÍPIO: 71 equipamentos (1.501 vagas)

*Os dados apresentados aqui são uma estimativa a partir da média anual dos dados de atendimento do Programa. Os números oficiais serão disponibilizados pelas secretarias responsáveis após 08/01.



PORTA DE SAÍDA*

SIAT II, SIAT III e POT.

28

AUTONOMIA DE MORADIA

62

AUTONOMIA FINANCEIRA

24

RECONSTRUÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR

3°

1.498

PESSOAS ACOLHIDAS*

1.529 pessoas acolhidas nos serviços de acolhimento dedicados a pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas.



13.819

PACIENTES ATENDIDOS NA SAÚDE*

13.395 pacientes foram atendidos pelos serviços de saúde municipais voltados ao atendimento de pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas - CAPS AD, SCP e SIAT II.

245

ENCAMINHAMENTOS PARA HOSPITAIS*

Encaminhamentos para leitos hospitalares municipais e para a rede de tratamento e acolhimento para drogadição estaduais



961

BENEFICIÁRIOS*

961 pessoas ativas no POT em dezembro de 2024. Desde 2018, **5.143** foram atendidas no Programa.



ENCAMINHAMENTOS DA CENA DE USO

2024 – jan/24 a Dez/2024

ENCAMINHAMENTOS A PARTIR DA CAU PARA A REDE DE TRATAMENTO E ACOLHIMENTO DO MUNICÍPIO E DO ESTADO

Total de encaminhamentos

19.026

Rede de saúde municipal

3.695

SIAT II

2.097

Leitos hospitalares AD
municipais

680

Rede de
acolhimento municipal

9.231

Encaminhamentos para HUB

3.323

Encaminhamentos hospitalares municipais/estaduais e
comunidades terapêuticas estaduais

4.003

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E REINSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

POT REDENÇÃO

5.143

Beneficiários já atendidos pelo Programa desde o início, em 2018.

1.802

Beneficiários em 2024

PORTADE SAÍDA QUALIFICADA 2024 – jan/24 a Dez*/2024

SIAT II, SIAT III e POT Redenção

Autonomia financeira

679

Autonomia para moradia

308

Reconstrução de vínculos familiares

261

OBRIGADO!

Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos

Secretaria Municipal de Saúde - SMS
Secretaria Municipal de Assistência e
Desenvolvimento Social – SMADS
Secretaria Municipal de
Desenvolvimento Econômico e do
Trabalho – SMDET
Secretaria Municipal de Segurança
Urbana – SMSU
Secretaria Municipal de SubPrefeituras
– SMSUB
Secretaria Municipal de Educação - SME
Secretaria Municipal de Direitos
Humanos e Cidadania – SMDHC
Secretaria Municipal de Cultura - SMC

Gabinete do Vice-Governador
Secretaria Estadual de Saúde - SES
Secretaria Estadual de
Desenvolvimento Social – SEDS
Secretaria Estadual de Segurança
Pública – SSP
Secretaria Estadual de
Desenvolvimento Econômico – SDE
Secretaria Estadual de Educação -
SEDUC
Secretaria Estadual de Justiça e
Cidadania - SJC
Secretaria Estadual de
Administração Penitenciária - SAP